

## A POLÍTICA DE DESLOCAMENTO DE MILITANTES DO MST (1985-1993)

Rose Elke Debiasi<sup>1</sup>

**Resumo:** Durante a década de 1980, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) apresenta-se nacionalmente como alternativa organizativa para os trabalhadores pobres, sem-terra ou com pouca terra. Para expandir-se nacionalmente, o MST define uma política de deslocamento de militantes da região Sul e Sudeste para o Nordeste do país, pautando-se na existência de um “padrão de militância sulista”. O objetivo desta comunicação é analisar os debates, as propostas e as deliberações a respeito da política de deslocamento nas instâncias do MST e os desdobramentos no formato de nacionalização operado pelos militantes migrantes no Nordeste brasileiro, durante os anos de 1985 a 1993. Para o seu desenvolvimento, realiza-se pesquisa bibliográfica e documental, e um conjunto de sete entrevistas com os principais atores desse processo.

**Palavras-chaves:** MST. Migração. Militância. Nordeste

O presente artigo tem por objetivo problematizar os debates internos e a operacionalização da política de deslocamento de militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Sul do país para os estados nordestinos entre os anos de 1980 e 1990. Para a realização dessa pesquisa utilizamos entrevistas temáticas, ancoradas na metodologia da história oral, com os atores desse processo (ALBERTI, 2005); documentos internos e publicações do MST (Programas de Reforma Agrária, Plano Nacional do MST (1989), Cadernos de Formação e Cartilhas) e Jornal Sem Terra. Os entrevistados são, na sua maioria, jovens, filhos de pequenos agricultores, com rígida educação familiar e formação nos organismos da Igreja Católica.

No I Programa de Reforma Agrária (1984), item 6 dos “Princípios práticos”, encontramos uma parte das justificativas e motivações para o deslocamento de militantes – “[...] ampliar o movimento nos municípios e regiões onde ainda não está organizado” (STEDILE, 2005, p. 178). No ano seguinte, na ocasião do I Congresso Nacional do MST (1985), realizado em Curitiba, Paraná, são definidos os princípios do MST, a saber: a luta pela

---

<sup>1</sup> Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Endereço eletrônico: [elkedebiazi@gmail.com](mailto:elkedebiazi@gmail.com).

reforma agrária, pelo socialismo e pela construção do próprio Movimento<sup>2</sup>. No referido congresso também é definida a ocupação de terras como a principal forma de luta e principal meio para obtenção de terras.

Já o Plano Nacional do MST, aprovado no ano de 1989, traça metas para a expansão até o ano de 1993, incluindo a preparação para o II Congresso Nacional do MST (1990). De forma elucidativa, apresentamos duas das resoluções presentes no documento. A primeira determina no item 44: “ampliar a capacidade de organização, mobilização e ação, nos estados onde predominam os trabalhadores rurais, especialmente no Nordeste”; e, a outra diretiva, no tópico 50: “Desenvolver uma política de organização massiva e de ampliação do Movimento, segundo as regiões prioritárias e de maior concentração de trabalhadores rurais sem-terra” (DEBIASI, 2016:2017).

Durante a década de 1980, existia uma avaliação interna em torno da tese de que para se estruturar nacionalmente o MST precisaria viabilizar o deslocamento de “gente”, do contrário, não teria um caráter nacional. Para Jaime Amorim, militante catarinense e ex-integrante da Comissão Pastoral da Terra (CPT), atualmente, assentado em Caruaru, Pernambuco, existia apenas um caminho para pavimentar o processo de estruturação do MST:

A saída era deslocar gente para ajudar a construir o movimento de massa no Nordeste. Foi nesse momento, de 86/87 que vários militantes, principalmente de Santa Catarina, onde o movimento se estruturou mais rápido em função de que havia uma organização de base mais forte, principalmente das CEBs, eram militantes que estavam na igreja fazendo comunidade de base; e que estavam na pastoral da terra, estavam no PT e estavam no MST também, então por isso também que no início o movimento de SC teve mais facilidade de formar quadros dirigentes, principalmente os advindos daí das Comunidades Eclesiais de Base que precisam ir também se constituindo como dirigentes políticos [...]. E muitos deles foram convidados para vir ajudar a construir o movimento no Nordeste. (Entrevista concedida por Jaime Amorim, 2013).

O depoimento de Dilei, catarinense e assentada na Paraíba, demonstra a compreensão que existia acerca da nacionalização do MST, no final dos anos 1980.

E que você precisava, se você quisesse construir algo maior, você tinha que ter lutas articuladas a nível nacional. Então esse era o nosso desafio. De construir um movimento articulado a nível nacional. Esse foi o principal desafio. Havia uma necessidade de a gente expandir esse Movimento. E, da

---

<sup>2</sup> Quando aparecer no texto a expressão Movimento, com a inicial maiúscula, estamos nos referindo ao MST; nos casos em que estiver com inicial minúscula, trata-se de outros movimentos sociais.

necessidade de ampliação do Movimento a nível nacional. (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015).

O I Congresso Nacional do MST serviu para subsidiar as discussões acerca da nacionalização do Movimento, por meio da política de deslocamentos para os estados nordestinos. Os relatos dos participantes e/ou convidados das pastorais, sindicatos ou membros das comunidades contribuíram para “aclarar” o quadro da política agrícola, o perfil do campesinato e o modo de atuação das elites agrárias e industriais dos estados nordestinos. A partir desse diagnóstico, o MST avalia a correlação de forças e o potencial de cada região, articula uma rede de apoio e solidariedade e viabiliza o deslocamento de militantes sulistas com a tarefa de estruturá-lo nacionalmente. Orienta, também, seus quadros a organizarem ocupações de terra e a ingressarem, junto com os trabalhadores rurais dos municípios, nos sindicatos rurais, disputando a pauta e os recursos financeiros das entidades.

Carlos Bellé, natural do oeste catarinense, explicita a questão, demonstrando que a ocupação, como ferramenta, tinha o papel de aglutinar e organizar as formas de luta:

Nesse contexto que você fazer, ter essa presença, de ir construindo essa organização ampla, é que vem, então, essa demanda de pessoas que conheciam a metodologia, conheciam o movimento de contribuir então em regiões onde tinha uma necessidade maior. Então isso leva a um processo, vamos dizer assim, diferente, de relação, de compreensão, de importância [...] a militância dos anos 80 é uma militância completamente distinta da de hoje, é uma militância de construção. (Entrevista concedida por Carlos Bellé, 2013)

No depoimento de Bellé concluímos que são enviados para o Nordeste os militantes que já estavam familiarizados com a metodologia de trabalho de base proposta pelo MST nos estados do Sul. Tratava-se de uma militância comprometida e relativamente experimentada, que tinha a tarefa de organizar o conjunto dos sem-terra, por isso era chamada de “militância de construção”, em oposição à militância atual, considerada institucionalizada.

Débora Lerrer (2008) define quatro gerações de militantes na trajetória do MST. A primeira geração coincide com a chegada dos militantes no Nordeste entre os anos de 1985 e 1988. A segunda situa-se nos anos de 1989 a 1997, quando o MST já se encontrava “implantado” e a produção nos assentamentos já se encontrava minimamente organizada. A segunda geração, na leitura de Lerrer (2008), está subdividida também na terceira geração.

Nos anos de 1996 a 1997, portanto fora do nosso recorte temporal, surgiram as “brigadas nacionais”. Essas não possuíam o objetivo de se fixar, mas de auxiliar na execução de uma tarefa orgânica, arregimentando militantes de vários estados. A quarta geração é formada de brigadas de militantes que visam contribuir na formação e projeção de lideranças locais em alguma região ou assentamento, ou seja, possuem um prazo determinado para execução. Diferentemente das duas primeiras gerações, esses militantes não são destacados para assumir um papel de liderança no estado a que se destinam.

O deslocamento dos militantes das duas primeiras gerações resulta de uma análise da Direção Nacional do MST onde é observado o perfil da liderança - a disciplina, o espírito de sacrifício, as experiências anteriores; e, mais tarde, as peculiaridades da região para que ela se destina, com o intuito de evitar animosidades<sup>3</sup>. Os militantes recém-chegados não restringiam a sua atuação a somente um estado. O formato de “migração” que estamos discutindo aqui se encontra alinhado com a ideia de circularidade. Para esse tipo de migração existem poucos estudos, dada a dificuldade de quantificá-la. É uma prática adotada por várias igrejas, por meio do envio de missionários, e por alguns partidos de esquerda. As experiências de Porecatu e Trombas e Formoso, por exemplo, contaram com o envio de militantes externos, vinculados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). A migração, nesses termos, está relacionada com a militância (com o objetivo de fazer parte de um grupo cuja estrutura organizativa funciona internamente como um partido político), e não com a ideia de uma migração específica, resultado e/ou influência de uma cultura de migração, motivada e parte constitutiva das estratégias de reprodução da condição camponesa.

A trajetória de nacionalização do MST, portanto, é fruto de um padrão de migração de militantes, resultado de condições sociais e históricas que produziram uma luta social de características muito peculiares (LERRER, 2008). Neste processo de expansão para os estados nordestinos, o MST promoveu a migração de militantes da região Sul do país, com atuação prévia nas pastorais e nos movimentos sociais, para “auxiliar” na estruturação do MST. Esses militantes possuíam uma função política específica, no caso tratava-se de um migrante-militante com funções de liderança e de direção política, capaz de impulsionar e estimular os trabalhadores locais a adotarem as diretrizes organizativas e de produção propostas pela direção do MST.

---

<sup>3</sup> Durante a nacionalização do MST, muitos militantes sulistas sofreram acusações de “não respeito à diversidade regional” ou de “interferência sulista”.

Outra questão refere-se à presença geográfica, nos primeiros anos, concentrada nos territórios do Sul e Sudeste do país. O MST pretendia ter um caráter de movimento nacional, portanto precisava se expandir para outras regiões. Todavia, não bastava que o MST fosse criado em novas áreas/locais, ele deveria seguir determinadas orientações/padrões com o intuito de assegurar a unidade ideológica do Movimento nascente. Com esse propósito, o MST se organiza em dois eixos de funcionamento. Internamente, atua como um partido político na concepção gramsciana (DEBIASI, 2016); e, externamente como movimento de massas (aberto e plural). Essa lógica de funcionamento interna é que assegura o cumprimento do centralismo democrático e da direção coletiva, permitindo, assim, que o Movimento assuma os desafios da política de deslocamentos de militantes. O depoimento de Maria Izabel Grein, militante do Norte de Santa Catarina, sugere esse trânsito:

O Movimento é um movimento social. Sempre, todos os dias tem gente entrando no MST. Movimento social é eclético. Ele vai ter diversos pensamentos dentro dele. O que precisa ser predominante para que ele seja um movimento social de luta, tem que ter um grupo maior que entende a dialética, que possa ir ajudando esse pessoal, compreender a história em movimento, compreender o mundo em movimento, lá na base compreende, no meio da base nós temos o certo e o errado, o bem e mal. (Entrevista concedida por Maria Izabel Grein, 2016).

A partir destas duas constatações – a primeira, de que o MST internamente se estrutura como um partido político; a segunda, de que existia um perfil de militante cuja experiência baseava-se nas ações desenvolvidas nos estados do Sul –, podemos afirmar a existência de um “padrão de militância”, o qual deveria ser “exportado” para outras regiões, buscando “mitigar” eventuais desvios ideológicos. Essa política de deslocamentos também é observada na região Centro Oeste e Sudeste do país; sobre a última, especificamente, destacamos o trabalho “Convergências, divergências e confrontos pela terra: o processo de ocupações no Nordeste mineiro (1985-1997)”, de Arnaldo José Zangelmi, o qual discute a ocupação do Nordeste mineiro, entre os anos de 1985 a 1997, com o deslocamento de militantes sulistas.

A fala de Jaime Amorim expressa essa orientação:

No início do Movimento ele (era) tinha um cara muito sulista, apesar de que o movimento já nasce nacional, já nasce com a perspectiva de ser nacional, de se construir com movimento nacional, mas corria o risco de não ser movimento nacional se ficasse apenas no Sul do país. E havia características

diferentes entre aquilo que estava se construindo no Sul país, com os acampamentos e as ocupações, e aquilo que estava ocorrendo no Nordeste. (Entrevista concedida por Jaime Amorim, 2013)

De acordo com a publicação do NERA (2012), a maior concentração de ocupações encontra-se na região da Zona da Mata e do Médio Vale do São Francisco, ou seja, correspondendo à parte dos estados de Pernambuco, Bahia, Sergipe e Minas Gerais. Jaime Amorim, que fez parte do grupo de militantes sulistas que acompanhou as primeiras ocupações de terra organizadas pelo MST nos estados do Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Ceará, conta que, ao mesmo tempo em que havia uma avaliação da Direção Nacional do MST sobre a importância do Nordeste para a luta pela reforma agrária, existia muita dificuldade acerca do convencimento quanto à forma de atuação, já que os delegados nordestinos que participaram do I Congresso do MST, segundo seu depoimento, “[...] *era gente ligada à Igreja, que tinha muita resistência à ocupação*” (Entrevista concedida por Jaime Amorim, 20013).

Especificamente, sobre a decisão de enviar militantes sulistas para o Nordeste, segundo o depoimento de um dos fundadores do MST, João Pedro Stedile, “[...] *nunca foi tomada como uma linha política geral*”. Foi se desenvolvendo “[...] *como uma espécie de prática natural, de mútua solidariedade*” e obedecia a uma necessidade de “[...] *acelerar o processo de articulação nas regiões de maior contingente de sem-terra, que era o Nordeste*” (LERRER, 2008, p. 76)<sup>4</sup>.

O depoimento de João Daniel, militante do Oeste catarinense e, atualmente, assentado em Nossa Senhora do Socorro, Sergipe, por sua vez, aponta para uma direção diferente da apresentada por Stedile. Para o militante migrante, existia uma orientação clara a respeito da necessidade de realizar deslocamentos de dirigentes para a região nordestina. Com a preocupação de assegurar a expansão do MST, dentro do modelo de militância desenvolvido no Sul do país, é deliberado pela Direção Nacional o envio de militantes para áreas marcadas pela dificuldade de acesso à terra, pela manutenção dos trabalhadores no interior das propriedades rurais e pela pobreza material. João Daniel fornece-nos pistas sobre o processo de avaliação interna do MST e as articulações subsequentes, as quais buscavam assegurar as condições para a militância do dirigente deslocado.

---

<sup>4</sup> Essa entrevista foi concedida originalmente a LERRER (2008), e o fragmento acima se encontra disponível na sua tese de doutorado, conforme indicado nas referências bibliográficas.

O Movimento, a nível nacional, tinha uma definição de crescer no Nordeste, e implantar o Movimento no Nordeste. Pelos dados, a quantidade de camponeses, o Movimento era muito fraco no Nordeste. Fraco em quantia, e com dificuldades. Então foi amarrada essa discussão e os estados ficaram de receber os dirigentes militantes que vinham pra ajudar. E eu vim pra Sergipe, sozinho, para ajudar o Movimento. (Entrevista concedida por João Daniel, 2015).

Para uniformizar o discurso, recrutar e orientar a militância que migrara para o Nordeste, principalmente as lideranças oriundas da CPT, Grupo de Jovens e sindicatos, o MST elaborou o Curso de Monitores. O curso tinha por objetivo fornecer formação política e ideológica. Em determinado momento, era feita a convocação ou convite aos participantes, explicando as pretensões de nacionalização e as potencialidades identificadas no Nordeste brasileiro. Maria Izabel, do Norte catarinense, descreve, abaixo, quando o desafio/convite era feito. Diferentemente dos demais entrevistados, ela optou pela não migração para o Nordeste, mas atuou na seleção, formação e envio de militantes para lá.

Nós fazíamos um curso da escola Margarida Alves onde preparava militância, e nesses cursos tinha um momento que a gente perguntava: vocês podem ficar aqui no Estado, mas atividade mesmo, nós estamos tendo em tais e tais estados, quem se dispõe a ir? (Entrevista concedida por Maria Izabel Grein, 2016).

Os participantes do curso também deveriam ser multiplicadores nos seus estados de origem. “A partir desse curso, então, foi como tarefa, todo mundo que ia para o curso deveria formar nos estados grupos para qualificar e formar militantes jovens nos estados” (Entrevista concedida por Fátima Ribeiro, 2011). Por parte da Direção Nacional do MST, existia a preocupação de que, sem uma assessoria qualificada, corria-se o risco de o Movimento, no Nordeste, perder a sua radicalidade, que no Sul, em tese, já estava consolidada. Exigia-se dos jovens militantes, potenciais lideranças do Movimento, a participação em cursos, encontros, seminários, onde se realizava o estudo teórico da literatura marxista. Em alguns casos, o curso foi a porta de entrada para a futura migração. Esse foi o caso de João Daniel:

Então, daí a minha entrada no Movimento foi uma coisa mais específica, definitivo no Movimento foi uma coisa muito importante, um convite do Movimento na época. Da direção do Movimento... que queria organizar um grupo de jovens que topassem estudar e se colocar disponível para ajudar a construir o Movimento em outros estados. Então eu fui participar do

primeiro curso nacional, chamava “Curso Nacional de Jovens Monitores”<sup>5</sup>.  
(Entrevista concedida por João Daniel, 2015).

Para além da criação do MST, era necessário assegurar um padrão de militância no processo de expansão. Fundamentando, assim, a ideia já exposta de funcionamento interno como partido político. Acreditamos que a liberação e os deslocamentos desses militantes visavam assegurar a unidade ideológica, de formato e de ação, por isso, a necessidade de se criar mecanismos de controle, tal como o centralismo democrático e a direção coletiva. Por outro lado, observa-se, também, que os militantes deslocados para o Nordeste estavam constituindo-se enquanto lideranças no fazer-se do próprio Movimento, ou seja, forjando-se enquanto quadros dirigentes justamente no processo de estruturação do MST. No entanto, recaía sob eles grande expectativa, responsabilidade e a pressão por apresentar resultados rápidos.

Essa questão incide sobre a nossa pesquisa, na medida em que podemos ser conduzidos, ao analisar as fontes produzidas pelos militantes migrantes, a pensar que todo o processo de estruturação do MST no Nordeste passou necessariamente pela presença dessas lideranças. Dessa maneira, estaríamos ignorando a atuação e a importância das demais entidades e, sobretudo, o envolvimento e a autonomia dos sujeitos anônimos que questionaram a estrutura agrária, abandonaram a condição de empregados e engrossaram as ocupações de terra. Porém, estamos convencidos de que o processo de estruturação estava sendo gestado, que resultava de um projeto político, de articulações nacionais e internacionais e que a presença dos militantes migrantes visava acelerar/antecipar a nacionalização do MST, imprimindo características da experiência organizativa do Sul do país.

Cabe dizer, ainda, que a política de deslocamento de militantes resulta de um processo pela autonomia política e independência financeira, onde o MST busca se desvincular das organizações e entidades aliadas, como a Igreja Católica, os sindicatos e os partidos políticos. Para tanto, atua no fortalecimento de espaços próprios de discussão, na formação de um corpo de intelectuais e na criação de uma “identidade sem-terra”.

---

<sup>5</sup> A primeira etapa do Curso Nacional de Jovens Monitores do MST, realizada nos dias 24 a 28 de novembro de 1986, em São Paulo, foi divulgada no Jornal Sem Terra (JST), na edição n. 57, de outubro de 1986. O referido curso ocorreu em três etapas, compostas de quinze dias.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2005.

AMORIM, Jaime. **Entrevista Oral** [gravada] realizada por Rose Elke Debiasi. Caruaru (PE), 02 ago. 2013. 2h23min.

BELLE, Carlos. **Entrevista Oral** [gravada] realizada por Rose Elke Debiasi. São Paulo (SP), 22 set. 2013. 2h15min.

CUNHA, Paulo R. R. da. **Aconteceu longe demais**. A luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira (1950-1964). São Paulo: Editora UNESP, 2007.

DANIEL, João. **Entrevista Oral** [gravada] realizada por Rose Elke Debiasi. Nossa Senhora do Socorro (SE), 21 mar. 2015. 2h16min.

DEBIASI, Rose Elke. **Migração, memória e militância**: a estruturação do MST no Nordeste brasileiro (1985-1995). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016, 313p.

\_\_\_\_\_. O MST no Nordeste e o Nordeste no MST: Reflexões sobre a política de deslocamentos do MST para o Nordeste brasileiro (1985-1993). **Anais do IX Encontro Regional Sul de História Oral**. Porto Alegre, 2017. No prelo.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **DATALUTA** – Banco de Dados da Luta pela Terra / NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária, 2012. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/1481/1457>>. Acesso em: 25 mai. 2014.

LERRER, Débora Franco. **Trajetória de militantes sulistas**: nacionalização e modernidade do MST. UFRRJ, 2008. 197f. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2008.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). História Oral: desafios para o século XXI. In: JOUTARD, Philippe. **Desafios à História do século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz/Casa de Oswaldo Cruz/ CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 31- 47.

GREIN, Maria Izabel. **Entrevista Oral** [gravada] realizada por Rose Elke Debiasi. Curitiba (PR), mar. 2016. 1h57min.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Movimentos sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX. CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade**: o MST e a reforma agrária no Brasil. Tradução: Cristina Yamagami. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 113-136.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). I Programa de Reforma Agrária (1984). In: STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil: Programas de Reforma Agrária (1946-2003)**. v. 3. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional do MST (1989 - 1993). **Caderno de Formação n. 17**. São Paulo: MST, 1989.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estud. Av.** [on line], v. 15, n. 43, 2001, p. 185-207. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9831/11403>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

PRIORI, Ângelo. A revolta camponesa de Porecatu. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (Org.). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**. Vol. II – Concepções de justiça nas repúblicas do passado (1930-1960). São Paulo/Brasília: Ed. UNESP/NEAD, 2009. p. 117-142.

RIBEIRO, Fátima. **Entrevista Oral** [gravada] realizada por Rose Elke Debiasi. Vitória (ES), 07 out. 2011. 1h36min.

SCHIOCHET, Dilei. **Entrevista Oral** [gravada] realizada por Rose Elke Debiasi. Lagoa Seca (PB), 29 jun. 2015. 2h17min.

SOUZA, José Carlos Lima de. **O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – O moderno príncipe educativo brasileiro na história do tempo presente**. UFF, 2008. 260f. TERRA, **Jornal Sem**. n. 57, out. 1986.

ZANGELMI, Arnaldo José. Convergências, divergências e confrontos pela terra: o processo de ocupações no Nordeste mineiro (1985-1997). In: **Tempos Históricos**, v. 21. 1º Semestre de 2017, p. 230-260. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/15698>. Acesso em 29 ago. 2017.